

## Notas para a história da oposição setubalense ao Estado Novo nos anos 30: Episódios da resistência na SAPEC

DIOGO FERREIRA

[diogofilipesantosferreira@gmail.com](mailto:diogofilipesantosferreira@gmail.com)

Investigador integrado no HTC-CFE / NOVA FCSH

### Resumo

Este artigo procura contribuir para uma melhor compreensão da resistência clandestina da cidade de Setúbal ao Estado Novo, na segunda metade da década de 1930, tendo como estudo de caso a fábrica de adubos SAPEC. Nesse sentido, analisam-se um conjunto de processos políticos abertos pela PSP de Setúbal e pela PVDE, que motivaram a detenção de mais de uma dezena de trabalhadores daquela empresa, entre 1936 e 1938.

### Palavras-chave:

História Local, Resistência, SAPEC.

### Abstract.

This article seeks to contribute to a better understanding of the clandestine resistance in the city of Setúbal to Estado Novo, during the second half of the 1930s, using the SAPEC fertilizer factory as a case study. Therefore, a set of political processes opened by the PSP of Setúbal and by the PVDE are analyzed, which motivated the detention, between 1936 and 1938, of more than a dozen workers of that company.

### Key concepts:

Local History, Resistance, SAPEC

## Introdução

A memória da resistência de Setúbal ao fascismo é uma das principais lacunas da literatura histórica local, não existindo nenhum estudo que se tenha dedicado a realizar o levantamento exaustivo dos presos políticos do concelho e a analisar o papel da oposição clandestina setubalense durante os 48 anos da ditadura. Porém, a atividade revolucionária da «Barcelona Portuguesa» mereceu importantes investigações para o período da I República e da Ditadura Militar, nomeadamente de Albérico Afonso Costa, de Álvaro Arranja, de João Freire/Maria Alexandre Lousada e de Horácio Pena/Carlos Mouro.

Neste sentido, o presente texto procura contribuir para a temática da resistência antifascista, abordando prisões políticas que envolveram operários da SAPEC (*Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques du Portugal*). Esta investigação, do ponto de vista metodológico, resulta, principalmente, da utilização e interpretação de fontes do fundo da PIDE/DGS e do Tribunal Militar Especial, (re)construindo momentos da luta da clandestinidade local. A documentação em causa, particularmente os registos gerais de presos e os respetivos processos políticos da PVDE, são decifrados, tendo em vista as circunstâncias e os agentes que as produziram. Não é de mais de acentuar

a limitação do leque de fontes primárias e secundárias disponíveis para a temática da oposição clandestina num contexto regional, relembrando a existência de censura prévia à imprensa e o desaparecimento de cerca de 95% do espólio histórico-documental do Governo Civil do Distrito de Setúbal.

1. A fundação da empresa belga, o contexto das forças de segurança locais e a evolução da oposição sadina.

A segunda metade dos anos 20 à beira Sado foi caracterizada pelo início da decadência do setor conserveiro devido à incapacidade de responder à crise do pós-guerra e à escassez de sardinha, principal matéria-prima de uma cidade mono-industrial. O investimento que promoveu a constituição da cimenteira SECIL (1925) e da SAPEC (1926), apesar de ter representado cerca de um milhar de postos de trabalho, não rompeu com o paradigma económico regional.

O banqueiro da Antuérpia, Frédéric Jacobs, e o seu genro (e sucessor), Antoine Velge, foram os responsáveis pela iniciativa de fundar uma fábrica de adubos químicos na margem direita do Sado, a 7 Km de Setúbal. Servida pela Estrada da Graça, a fábrica instalou-se na Herdade das Praias, propriedade do cacique Henrique Augusto Pereira. Após dois anos dedicados à instalação de equipamentos para que

a firma trabalhasse em pleno, a sua capacidade produtiva rapidamente passou para 100.000 toneladas anuais, explorando as pirites das minas de Aljustrel e do Lousal. (BARROSO, 1996, pp. 11-25)

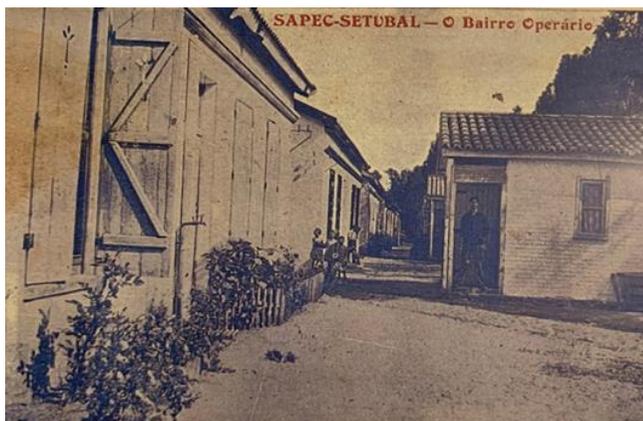
As condições de trabalho na fábrica, segundo relatos da época, eram extremamente duras: “[...] *os desgraçados operários que ali se empregam, além de serem sujeito a trabalhos violentos, vivem em regime de escravidão, nunca lhes sendo permitido protestar contra qualquer ordem lesiva dos seus legítimos interesses. Os poucos que a isso se afoitam, sofrem uma dura pena: são imediatamente despedidos*”<sup>ii</sup>.

“Vista Geral da SAPEC”



**Fonte:** Comissão de Iniciativa de Setúbal, 1928, p. 23.

Como plataforma de paternalismo empresarial e de dissimulação deste contexto laboral, a empresa procedeu, desde logo, à edificação de residências para os seus trabalhadores. (PERESTRELLO, Cid, 1934, p. 53) O bairro operário da SAPEC, dado o isolamento do centro urbano, representava o epicentro do mundo dos cerca de 300 homens e 100 mulheres que ali prestavam serviço.<sup>ii</sup> Podendo ser encarado como um espaço facilmente vigiado pelas autoridades, era, paradoxalmente, um meio de propagação e disseminação de conteúdos considerados subversivos pelo regime. A dimensão desta empresa ajuda a explicar a razão que levou o Partido Comunista Português (PCP) a ter interesse em promover o seu ideário naquele estabelecimento através de uma célula. Era uma das plataformas de ação mais comuns do partido na clandestinidade.

**Postal “SAPEC – Setúbal – O Bairro Operário” (ano desconhecido)**

Fonte: LOPES; QUINTAS, 1999, p. 165.

Para o breve enquadramento das forças de segurança e de opressão política de Setúbal neste período, é determinante reforçar o curto raio de ação e de intervenção da PVDE durante este período e boa parte dos anos 40. Este aspeto derivou, essencialmente, dos reduzidos números dos seus efetivos, impossibilitando uma permanente representação nos contextos locais e uma cobertura vasta do País. Desta forma, “[...] a PSP e a GNR, bem como a Guarda Fiscal, constituíam a primeira linha da actuação repressiva, permanecendo a PVDE como último recurso”. (RIBEIRO, 2000, p. 108) Tornou-se claro, no decurso da investigação, que a primeira instituição, no caso

de Setúbal, simbolizou o lado mais negro da perseguição política nestes anos, tendo como rosto o capitão António Inocêncio Moreira de Carvalho, 3.º comandante da PSP de Setúbal, entre 1929 e 1939.

**Capitão António Inocêncio Moreira de Carvalho (1894-1942)**

Fonte: Arquivo do Comando Distrital da PSP de Setúbal.

Até à criação do distrito de Setúbal, em dezembro de 1926, o serviço de policiamento da sede de distrito estava a cargo de uma pequena companhia da GNR e da Polícia Cívica, esta última às expensas do município. A reforma que concebeu o comando distrital de Setúbal da PSP, em fevereiro do ano seguinte, ampliou consideravelmente o número de efetivos e incorporou a extinta polícia municipal, respondendo parcialmente a repetidos apelos das «forças vivas» para que se reforçassem as forças de segurança.<sup>iii</sup>

Os primeiros comandantes procuraram, nos primeiros anos,

---

cortar com a imagem de corrupção e desorganização herdada da polícia municipal. Além disso, as deficiências infraestruturais do comando eram do conhecimento público: *“Tomemos para exemplo os imundos calabouços da esquadra de polícia desta cidade, que são tudo o que há de pior [...] [está] instalada uma retrete que está sempre aberta, exalando um cheiro nauseabundo, enquanto os presos vão tomando as suas refeições.”*<sup>iv</sup>

Estes aspetos foram o foco das estratégias de renovação da PSP que, gradualmente, foi alvo de medidas importantes até 1934: obras de melhoramento na 1ª esquadra (1927 e 1934)<sup>v</sup>; inauguração de uma 2ª esquadra (1930 na av. Portela)<sup>vi</sup>; novas cadeias na Junta Geral do Distrito<sup>vii</sup>; criação de uma secção de investigação<sup>viii</sup>.

Em contraste, a «Barcelona Portuguesa», ao longo da década de 1930, prosseguiu no seu lento e progressivo processo de decadência. Em todas as dimensões das formas de luta e de resistência, o meio operário e marítimo – formado por cerca de 15 mil trabalhadores – perdeu força. Homens e mulheres, que em anos anteriores, causaram o pânico às autoridades republicanas, encontravam-se agora extenuados pela longa crise da escassez de sardinha, pelo acentuar da vaga de

desemprego proporcionada pela crise de Wall Street, pelo encerramento ou falência de dezenas de fábricas e pela redução substancial do número de embarcações dedicadas à pesca. A fome e a mendicância eram a imagem mais comum do quotidiano da cidade.

Até ao início da Guerra Civil de Espanha, grosso modo, apenas merecem destaque, enquanto exemplos de movimentações operárias, a greve dos marítimos de 1931 e a revolta contra o ‘defeso’ da pesca da sardinha, em fevereiro de 1934. O primeiro caso, entre abril e junho, foi motivado pela reivindicação dos pescadores por aumento de salário, descanso quinzenal de 48 horas, elevação da percentagem sobre o rendimento bruto da pesca e pela simplificação do contrato de matrícula. O segundo, que gerou conflitos graves com o comando distrital da PSP, surgiu pela incapacidade das autoridades competentes de resolverem definitivamente o modelo de assistência financeira aos operários conserveiros. O ‘defeso’ gerava um desemprego sazonal de grandes proporções.

Para se compreender a dimensão das fragilidades das redes de solidariedade e resistência operária sardinas, a cidade não participou ativamente no 18 de janeiro de 1934 devido a um erro estratégico da comissão local da greve-geral revolucionária. Ao mesmo tempo, é de

frisar que, tanto GNR, como PSP e as diferentes polícias políticas foram extinguindo os focos liberais, anarcossindicalistas e comunistas locais, detendo e desterrando dirigentes da oposição setubalense.

Apenas no quadro da Guerra Civil de Espanha, com a reanimação dos antifascistas com possibilidade de propagação da revolução para o território nacional, surgiram novos focos de resistência. Entre estes, merecem destaque o surgimento das Juventudes Comunistas de Setúbal, com forte representação nas barbearias do Bairro de Troino, e do renascimento das atividades dos libertários, nomeadamente a circulação de propaganda subversiva pelas artérias sadinas. Perante esta realidade, o comando distrital da PSP de Setúbal, em diversas ocasiões, demonstrou uma postura que revela um ambiente de permanente suspeição ao longo de 1936 e 1939, perseguindo e detendo mais de uma centena de pessoas consideradas contrárias à Situação. Neste grupo figuram os processos políticos relativos à SAPEC.

## 2. Os trabalhadores louletanos da SAPEC e as agressões dos «vermelhos» (1936)

A 15 de junho de 1936, um agente à paisana da PSP deu ordem de prisão a dois trabalhadores de Loulé, que se encontravam sentados num banco da Av. Luísa Todi: Joaquim de Brito Caetano («Joaquim

Faz-Tudo»)ix e Manuel Ináciox. A participação policial foi justificada pelo facto de ter sido exigida a documentação pessoal a ambos e o segundo não a trazer consigo.xi Os interrogatórios promovidos aos detidos revelaram que se encontravam na baixa à procura de um quarto para dormirem, uma vez que passavam frio no barracão da SAPEC.

Manuel Inácio narrou os caminhos que o trouxeram a Setúbal, onde chegara um mês antes. Tinha trabalhado no pavilhão português da exposição de Sevilha (1929) e residido sete anos em França.xii Os louletanos permaneceram na esquadra de Setúbal, de 15 a 24 de junho, sendo posteriormente transferidos para a cadeia da diretoria da PVDE. A polícia política considerou que a sua detenção foi realizada por mera suspeita e que não existiam bases para uma acusação. Todas as averiguações corroboram os depoimentosxiii, razão para terem sido restituídos à liberdade no início de julho.

Não obstante, o clima de desconfiança política em torno da SAPEC ganhou uma dimensão pública em outubro seguinte. Em duas edições, *O Conserveiro* deu conta de alegadas agressões de comunistas da fábrica a um colega, sublinhando a existência de opositoristas na Misericórdia: “[...] Não pudemos deixar de verberarmos o facto de no hospital de Setúbal terem-se recusado a fazerem curativos a um

*desgraçado que apanhou para «tabaco» dos mercenários de Moscovo, que traiçoeiramente lhe haviam derreado um braço [...] alguns pimpões vermelhotes têm espalhado a indisciplina e o terror naquela casa de caridade cristã.”<sup>xiv</sup>*

### **3. De uma denúncia à descoberta de circulação de propaganda na fábrica (1937)**

Na primeira semana de julho de 1937, o marceneiro Manuel António Serafim comunicou às autoridades que foi acordado, de madrugada, pelo barulho proveniente da taberna do seu prédio, no largo da estação. Em causa estavam os gritos de José Mariano Piedade, que estaria a criticar a «Situação», exprimindo frases como “[...] *estes malditos fascistas*” ou “[...] *que belo dia que está para os nossos camaradas vermelhos deixarem cair o granizo*”<sup>xv</sup>. O marceneiro denunciou, ainda, que o mesmo indivíduo apostara com um litógrafo que, no espaço de uma semana, Portugal viveria uma revolução igual à de Espanha.

A PSP deteve o ‘suspeito’ no dia 6, convidando o proprietário da taberna em causa e a sua filha a testemunharem. Ambos negaram o sucedido, referindo apenas que o detido se encontrava embriagado.

José Mariano Piedade assegurou que, por esse motivo, não se recordava do sucedido e que a aposta tinha sido iniciativa do litógrafo António Rodrigues Dias.<sup>xvi</sup> Este último acabou preso e, perante as autoridades, defendeu-se, assegurando que a alegada aposta apenas se tratou de um comentário que fez sobre o aproximar do final do conflito espanhol. As testemunhas confirmaram esta versão e o comandante da PSP libertou-os a 10 de agosto, alegando que se tratava de um mero mal-entendido.

Aparentemente esta situação em nada se relaciona com atividades clandestinas na fábrica de adubos. Porém, a denúncia inicial de Manuel António Serafim incluiu uma breve descrição de que um operário da SAPEC, na estação das Praias do Sado, o interpelou – duas semanas antes - para o informar de que conseguia obter jornais espanhóis comunistas. As diligências promovidas pela PSP originaram, assim, a prisão do trabalhador João Fernandes Rodrigues dos Santos, a 13 de julho.<sup>xvii</sup> No seu interrogatório admitiu ter oferecido um jornal clandestino ao denunciante, mas negou as ligações estrangeiras. Mais importante, contou ter recebido um *Avante!* de outro operário da firma [António Ivo].<sup>xviii</sup>

A PSP também procedeu à captura deste funcionário “[...]”

*acusado de fazer propaganda comunista, distribuindo o jornal Avante!*”<sup>xxix</sup>. Nos seus interrogatórios, António Ivo negou os crimes que lhe eram imputados, argumentando que o colega sabia que ele tinha sido preso, no início do ano, sob as mesmas alegações.<sup>xx</sup>

A suspeição motivou o comandante da PSP a solicitar o auxílio da Legião Portuguesa para obter informações adicionais sobre António Ivo. O respetivo comandante distrital de Setúbal notificou, em detalhe, o tenente Moreira de Carvalho de que este operário era conhecido pelas suas ideias comunistas, uma vez que tinha chefiado uma célula no Regimento de Artilharia de Costa de Setúbal, onde fora soldado-clarim. Recordou que o mesmo, em março de 1937, tinha sido castigado com 40 dias de prisão correcional por manter ligações clandestinas com outros elementos da oposição local.

O mesmo comandante sublinhou que, no regresso de António Ivo à cidade do Sado, já demitido do Exército, voltou a fazer “[...] *propaganda principalmente entre rapazes dos 16 aos 18 anos*”, distribuindo o *Avante!*. Além disso, frequentava várias tabernas “[...] *onde canta o fado com versos alusivos e deprimentes para a Situação e Legião*”<sup>xxxi</sup>. O seu cadastro político adianta, inclusive, que um tal de

Manuel do Carmo Rafael o atraiu para entrar na organização comunista setubalense. Esta amizade teria começado na taberna ‘Retiro da Severa’ e, a partir daí, passou a receber e a fazer circular propaganda ‘subversiva’ e a aliciar outros soldados do regimento.<sup>xxii</sup>

Não obstante, António Ivo e João Fernandes Rodrigues dos Santos rapidamente retornaram a respirar em liberdade, poucos depois de terem sido encaminhados para os calabouços da polícia política.

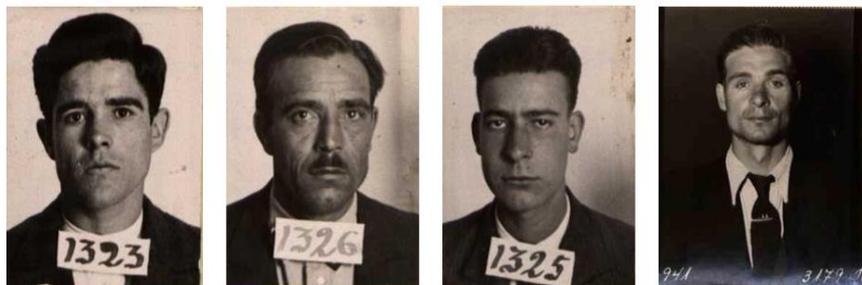
Consciente de que estes dois operários poderiam representar uma mera ponta do icebergue, o Governador Civil de Setúbal receava a existência de uma célula na fábrica: “*Venho dizer a V. Exa. que tenho dados seguros para poder afirmar que dentro da empresa industrial SAPEC há um grupo de comunistas que desenvolve uma actividade revolucionária importante.*”<sup>xxiii</sup> Na sua perspetiva, a melhor estratégia a adotar seria colocar um agente da PVDE «disfarçadamente» no estabelecimento para descobrir os elementos que a compunham. Poucos meses depois, a célula foi descoberta.

#### **4. O desmantelamento da célula comunista da SAPEC (1937-1938)**

Entre os primeiros dias de dezembro de 1937 e o início de 1938, o comando da PSP de Setúbal esteve particularmente ativo na procura de extinguir a

célula comunista da fábrica. No espaço de um mês, prendeu 10 trabalhadores, todos acusados de estarem envolvidos na disseminação de ideologias ‘extremistas’, apesar da maioria ter sido por mera suspeita. Apenas quatro foram considerados culpados, enviados para as cadeias da PVDE e julgados pelo Tribunal Militar Especial: Américo Gonçalves Fialho<sup>xxiv</sup>, José Caiado<sup>xxv</sup>, o setubalense Manuel João Lourenço<sup>xxvi</sup> e Carlos Napier<sup>xxvii</sup>. Manuel João Lourenço, que já andava fugido à polícia, foi o primeiro detido, a 8 de dezembro.

#### Elementos da célula comunista da SAPEC



Manuel João Lourenço

José Caiado

Américo Gonçalves Fialho

Carlos Napier

**Fonte:** ANTT, PIDE - Registo Geral de Presos. *Vide* notas de fim.

Nos seus interrogatórios referiu que foi incumbido por um indivíduo denominado Duarte Nunes para estabelecer a ligação junto do seu colega da SAPEC, José Jesus, para a circulação do *Avante!*. Admitiu levar “[...] *todas as*

*semanas, de oito a doze jornais, que o Jesus recebia e pagava, bem como mensalmente um selo com as iniciais S.V.I. [i.e. Socorro Vermelho Internacional]”*<sup>xxviii</sup>. Estes dois operários da empresa, Duarte Nunes e José Jesus, nunca foram detidos. Manuel João Lourenço não teve a mesma sorte. Abandonou o emprego e refugiou-se em casa dos seus pais depois de um dos capatazes da firma, Manuel Tavares, o ter questionado se conhecia alguém que fizesse distribuição de propaganda subversiva, e o ter avisado de que era procurado pela polícia.

Provavelmente forçado pela tortura a delatar companheiros de luta, este setubalense descreveu que um tal ‘Simplício’, acompanhado por um Manuel Gomes de Carvalho, se dirigiram à casa onde estava escondido para lhe levarem exemplares do periódico do PCP e que o colega Américo Fialho também teria informações. A 13 de dezembro foram detidos os seguintes funcionários da fábrica de adubos: Manuel Tavares, Manuel Gomes de Carvalho e Américo Gonçalves Fialho.<sup>xxix</sup>

Os dois primeiros negaram professar ideais comunistas e o envolvimento em atividades clandestinas de cariz político. O primeiro estava disposto a ajudar a PSP e o segundo tinha ido a casa de Manuel João Lourenço para o confrontar a fim de que se apresentasse às autoridades.<sup>xxx</sup>

A história foi diferente com Américo Gonçalves Fialho. Este antigo pescador, que chegou a Setúbal em outubro de 1936, estava hospedado na residência de ‘Simplício’ e prestava serviço na SAPEC há poucos meses. Após os interrogatórios da PSP admitiu ter sido o intermediário entre Manuel João Lourenço e ‘Simplício’ para a distribuição do *Avante!*, tendo recebido do primeiro o livro *Princípios de comunismo*.<sup>xxxvi</sup>

José Caiado, outro elemento da célula, e Carlos Nunes Pereira foram os seguintes detidos pela PSP, enquanto trabalhavam na fábrica.<sup>xxxvii</sup> O primeiro confessou a entrega de 20 exemplares do *Avante!* e de um livro marxista a ‘Simplício’, com o intuito dos jornais serem distribuídos pela fábrica.<sup>xxxviii</sup> O segundo negou o seu envolvimento.

Reconstruindo a sequência cronológica destes eventos, a PSP prendeu, no dia 17, António dos Prazeres Pereira, também nas instalações da SAPEC.<sup>xxxix</sup> Este operário sublinhou que trabalhava numa secção isolada da fábrica, logo não tinha possibilidades de interagir com outros operários. Garantiu que nunca recebeu propaganda clandestina. Colocou a hipótese de ter sido denunciado por um indivíduo denominado ‘Silva da Mata’, com quem tinha tido uma alteração, e que o acusara de possuir obras comunistas e bombas em casa.<sup>xl</sup>

No início de 1938, Carlos Napier, figura conhecida das autoridades locais

por ter sido preso, em 1936, por questões de matéria política, foi detido na SAPEC a 5 de janeiro: “[...] *por ser indigitado elemento comunista e andar procedendo à respectiva propaganda com outros indivíduos que já estão detidos*”<sup>xxxi</sup>. O seu interrogatório teve de ser interrompido, uma vez que foi “[...] *atacado de alienação mental*”<sup>xxxii</sup>. Durante vários dias foi aumentando a sua agitação ao ponto de um médico recomendar prisão domiciliária, com colete de forças.<sup>xxxiii</sup> Como uma cena tirada de um filme, Carlos Napier conseguiu fugir, considerando a polícia que tudo se tratou de uma simulação.<sup>xxxiv</sup> Segundo um dos líderes da Juventude Comunista de Setúbal, Agostinho Mesquita, Napier chegou a esconder um marxista espanhol, fugido da traineira *Alcion*, no interior da SAPEC.<sup>xl</sup>

As últimas duas detenções de cariz político de operários da SAPEC dizem respeito a Jaime Rodrigues da Silva e a Alberto Marreiros<sup>xli</sup>, mas ambos foram aceleradamente desvinculados do processo.

Desta forma, o chefe da PSP de Setúbal indicou ao seu comandante que, dos 10 detidos nos calabouços da 2ª esquadra, apenas existiam provas contra 4 indivíduos: 1º Manuel João Lourenço “[...] *recebia e distribuía o jornal «Avante!», bem como livros comunistas e selos do Socorro Vermelho*”; 2º Américo Gonçalves Fialho que tomou parte “[...] *nessa propaganda, servindo até de agente de ligação entre certos elementos comunistas*”; 3º José Caiado “[...] *prova-se ter recebido e distribuído o jornal «Avante!» e livros*

*de propaganda comunista*”; 4º Carlos Napier era “[...] *propagandista comunista*”<sup>xlii</sup>. Estes deveriam, portanto, ser encaminhados para a PVDE e os restantes libertados.

A figura de ‘Simplício’ é estranhamente omitida nos relatórios finais deste processo político, tornando-se claro que se trata do elo entre os arguidos da SAPEC e, muito provavelmente, outros elementos do comité local do PCP. Terá sido, inclusive, o responsável pelo aliciamento de Américo Gonçalves Fialho, a quem deu guarida. Na investigação desencadeada no fundo da PIDE/DGS não se encontraram referências em torno de alguém que trabalharia na sombra e que terá desaparecido sem deixar rasto.

Presentes a julgamento, a 11 de junho de 1938, Manuel João Lourenço e Américo Gonçalves Fialho foram condenados a 20 meses de prisão correccional, enquanto José Caiado foi sentenciado a 6 meses.<sup>xliii</sup> Os dois primeiros estiveram detidos nos mesmos estabelecimentos prisionais durante o tempo de cárcere, permanecendo atrás das grades no forte de Caxias e no depósito de presos de Peniche. Foram libertados antecipadamente por um indulto, a 23 de dezembro de 1938. José Caiado também esteve preso no forte de Caxias, sendo libertado após o julgamento pelo facto da sentença ter sido dada por cumprida.

Carlos Napier, julgado à revelia, foi capturado devido a uma participação de

um guarda da Polícia Municipal de Lisboa, em agosto de 1941.<sup>xliiv</sup> Junto das autoridades explicou que, após a sua fuga, se refugiou em diversas terras do Alentejo, com o seu irmão Sande, participando numa ‘troupe’ teatral em que o pai era dirigente. Negou as ligações ao Comité Regional do Sado do PCP.<sup>xlv</sup>

Para o agente-inspetor da PVDE era claro que Carlos Napier “[...] *foi um dos elementos activos da propaganda subversiva com distribuição de panfletos comunistas em Setúbal*”<sup>xlvi</sup>. Não obstante, as investigações realizadas pelos elementos do Tribunal Militar Especial observaram que nem todos os autos da PSP de Setúbal mencionavam Carlos Napier, sendo que as únicas confissões provinham do próprio. Na altura nem se encontraria na plenitude da sua consciência.<sup>xlvii</sup> Nesse sentido, a 6 de abril de 1942, mais de quatro anos depois da detenção, foi a julgamento no TME e absolvido.<sup>xlviii</sup> Por intervenção direta do diretor da PVDE foi impedido de regressar à liberdade, permanecendo encarcerado até ao final de 1943.

### Cronologia das detenções realizadas pela PSP de Setúbal para dismantelar a célula comunista da SAPEC e respetivas sentenças (1937-1938)

Data da detenção	Nome do detido	Sentença
08/12/1937	Manuel João Lourenço	Condenado pelo T.M.E.
13/12/1937	Manuel Tavares	Libertado
13/12/1937	Manuel Gomes de Carvalho	Libertado
13/12/1937	Américo Gonçalves Fialho	Condenado pelo T.M.E.
15/12/1937	José Caiado	Condenado pelo T.M.E.
15/12/1937	Carlos Nunes Pereira	Libertado
17/12/1937	António dos Prazeres Pereira	Libertado
05/01/1938	Carlos Napier	Fugitivo/Condenado à revelia pelo T.M.E.
06/01/1938	Jaime Rodrigues da Silva	Libertado
08/01/1938	Alberto Marreiros	Libertado

### 5. Resquíios de atividade clandestina (1938)

O dismantelamento do núcleo dos elementos comunistas da SAPEC não significou o capítulo final da oposição clandestina na empresa. Durante o ano de 1938, voltaram a ocorrer duas detenções isoladas. Um antigo comunista e recém aderente ao meio anarcossindicalista de Setúbal, conhecido por ‘Mário Cagarrão’ [Mário da Silva Brito] era apontador da fábrica de adubos e foi preso, em maio de 1938, por delação de um companheiro. Segundo Higino Ferreira, integrava um cargo de relevo entre os libertários: “[...] à frente dessa Organização [i.e. anarquista] em Setúbal está um ex-soldador de nome Júlio Tavares, um tal Mário Cagarrão [Mário da Silva Brito] e o Rafael carpinteiro”<sup>xlx</sup>.

### Fotografia de preso político de Mário da Silva Brito



**Fonte:** ANTT, PIDE – Registo Geral de Presos. *Vide* notas de fim.

O apontador da SAPEC recebia material de propaganda anarcossindicalista através de um agente de ligação entre o Barreiro e Setúbal e coordenou uma célula composta por trabalhadores de outros ramos de atividade.<sup>1</sup> Por esse motivo, foi julgado no Tribunal Militar Especial e condenado a 18 meses de prisão correccional.<sup>li</sup>

Por fim, em outubro seguinte, foi a vez de José Martins de Almeida Carvalho, o desenhador da empresa de Setúbal, de ser preso pela PSP. Nos interrogatórios a que foi sujeito negou ser comunista, mas admitiu ter recebido e distribuído exemplares de *A Batalha* e do *Avante!*, bem como selos do Socorro Vermelho Internacional. Recebia este material clandestino a partir de Mário Cagarrão e de Vítor Lopes, indivíduos que se encontravam presos em

Peniche.

Relatou, mais importante, que como secretário dos Bombeiros Voluntários de Setúbal, tinha conhecimento de que a sede serviu de espaço de reuniões de militantes antifascistas. Além disso, denunciou, anos antes, através d’*O Diário do Alentejo*, as péssimas condições laborais da SAPEC e como os administradores estrangeiros da firma alcunhavam os trabalhadores de ‘pretos’. Por esse motivo chegou a ser ameaçado com despedimento.<sup>lii</sup> O comando da PSP de Setúbal optou por não o encaminhar para os calabouços da polícia política.

### **Reflexões finais**

Num contexto de recrudescimento de ideologias autoritárias, a recuperação de histórias, como as que marcam este artigo, devem colaborar para combater o processo de (des)memória que vai pautando na sociedade portuguesa. Do mesmo modo, a memória da oposição ao Estado Novo não deve permanecer fechada em torno das suas grandes figuras. Em ambos os casos, torna-se evidente que é necessário recuperar as centenas de histórias da resistência antifascista de diferentes localidades, ultrapassando as dimensões de Lisboa ou do Porto.

As prisões políticas realizadas pela PSP de Setúbal a tantos trabalhadores da SAPEC, ao longo de dois anos, demonstram que a «Barcelona Portuguesa», apesar de ser uma sombra de outros períodos, manteve-se relativamente ativa na clandestinidade. O ânimo gerado em torno da Guerra Civil de Espanha ajuda a explicar como o *Avante!*, *A Batalha* e selos do SVI circularam no interior das instalações. Os seus operários articulavam-se com outros elementos da oposição da cidade, interagindo diretamente nas respetivas organizações.

Do mesmo modo, compreende-se como boa parte das detenções realizadas pela PSP na componente política eram mais marcadas por meras suspeitas do que propriamente pela sustentação factual de indivíduos com ligações e atividades subversivas. O clima de paranoia anticomunista certamente que muito contribuiu para este comportamento. O objetivo passava, também, por transmitir mensagens de medo à comunidade, reforçando a ideia de que estariam permanentemente à alerta.

## Referências Bibliográficas

- ARRANJA, Álvaro (2009). *Anarco-Sindicalistas e Republicanos – Setúbal na I República*. Setúbal: CEB.
- BARROSO, António (1996). *História da SAPEC*. Setúbal: Corlito.
- COSTA, Albérico Afonso (2010). *Setúbal – Roteiros Republicanos*. Matosinhos: CNCCR.
- Idem (2011). *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*. Setúbal: Estuário.
- Idem (2014). *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*. Setúbal: Estuário.
- FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre (2013). *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal*. Lisboa: Colibri.
- LOPES, Madureira; QUINTAS, Maria da Conceição (1999). *Setúbal à La Minute através do Bilhete Postal Ilustrado*. Setúbal: Corlito.
- MOURO, Carlos; PENA, Horácio (2006). *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997): Um pintor de palavra(s)*, Setúbal: Regiset.
- RIBEIRO, Maria da Conceição (2000). *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Estampa.

## Fontes

### Primárias

- Arquivo do Comando Distrital da PSP de Setúbal.
- Arquivo Distrital de Setúbal
- Arquivo Histórico-Militar
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

### Secundárias

- Comissão de Iniciativa de Setúbal (1928). *Setúbal*. Setúbal: s.e.
- PERESTRELLO, eng.º Cid (1934). *O porto de Setúbal*. Lisboa: Bertrand.

### Imprensa

- A Indústria
- A Vitória
- Eco de Setúbal

- Ideia Nacional
- O Conserveiro
- O Sado

## Nota biográfica:

Diogo Ferreira é licenciado em História e mestre em História Contemporânea pela FCSH/NOVA. Atualmente é doutorando em História Contemporânea na mesma instituição e bolseiro de doutoramento da FCT com a tese “Setúbal no Entre Guerras (1919-1939): Um itinerário de história local”. Tem dedicado a sua investigação ao passado da cidade onde nasceu.

---

## Notas de fim

---

- <sup>i</sup> S.A., “Na SAPEC” in *A Vitória*, nº 40, 16/11/1930, p. 1.
- <sup>ii</sup> FRANCO, Percis (pseudónimo), “SAPEC” in *O Sado*, nº 1, 10/03/1929, p. 6.
- <sup>iii</sup> Decreto nº 13:185 in *Diário do Governo*, I Série, nº 39, 24/02/1927.
- <sup>iv</sup> “Quadros da vida: Prisdões” in *A Indústria*, nº 354, 25/04/1930, p. 2.
- <sup>v</sup> “Notas da Quinzena - Polícia de Segurança Pública” in *Ideia Nacional*, nº 4, 01/06/1934, p. 3.
- <sup>vi</sup> “Nova esquadra da polícia” in *A Indústria*, nº 366, 18/07/1930, p. 2.
- <sup>vii</sup> “A acção do Comando da Polícia de Setúbal” in *Eco de Setúbal*, nº 16, 04/12/1933, p. 22.
- <sup>viii</sup> “Polícia de Segurança Pública de Setúbal” in *Eco de Setúbal*, nº 17, 02/01/1934, pp. 26-27.
- <sup>ix</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), PIDE, Serviços Centrais (SC), Registo Geral de Presos (RGP), liv. 17, registo n.º 3.328.
- <sup>x</sup> *Idem*, registo n.º 3.329.
- <sup>xi</sup> ANTT, PIDE, SC, Processo-crime nº 705/36 da Secção Internacional da PVDE, NT 4440, Participação de 15/06/1936 de um agente da PSP de Setúbal.
- <sup>xii</sup> *Idem*, Autos de Perguntas de 27/06/1936 da Secção Internacional da PVDE a Manuel Inácio e Joaquim de Brito Caetano.
- <sup>xiii</sup> *Idem*, Informação de 01/07/1936 da Secção Internacional da PVDE.
- <sup>xiv</sup> “Instantâneos” in *O Conserveiro*, nº 27, 15/10/1936, p. 1.
- <sup>xv</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.062 da Secção Política e Social (SPS) da PVDE, NT 4362, Auto de declarações de Manuel António Serafim de 06/07/1937 à SI da PSP de Setúbal.
- <sup>xvi</sup> *Idem*, Autos de perguntas de 13/07/1937 e 16/07/1937 da Secção de Investigação (SI) da PSP de Setúbal a José Mariano da Piedade.
- <sup>xvii</sup> *Idem*, Participação de 13/07/1937 do chefe da esquadra da PSP.
- <sup>xviii</sup> *Idem*, Auto de perguntas de 17/07/1937 da SI da PSP de Setúbal a João Fernandes Rodrigues Santos.
- <sup>xix</sup> *Idem*, Participação de 22/07/1937 do chefe da esquadra da PSP de Setúbal.
- <sup>xx</sup> *Idem*, Auto de perguntas de 26/07/1937 da SI da PSP de Setúbal a António Ivo.
- <sup>xxi</sup> *Idem*, Confidencial de 09/08/1937 do comandante distrital de Setúbal da Legião Portuguesa para o comandante da PSP.
- <sup>xxii</sup> ANTT, PIDE, Cadastro Político da PVDE nº 6.724 de António Ivo.
- <sup>xxiii</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Governo Civil de Setúbal, Gestão da Informação e

- Documentação, Livro nº 2 de Confidenciais Expedidas, Confidencial nº 61 de 15/08/1937 enviada pelo Governador Civil de Setúbal para o Ministro do Interior.
- <sup>xxxiv</sup> ANTT, PIDE, SC, RGP, liv. 47, registo nº 9.240.
- <sup>xxxv</sup> *Idem*, registo nº 9.241.
- <sup>xxxvi</sup> *Idem*, registo nº 9.239.
- <sup>xxxvii</sup> ANTT, PIDE, SC, RGP, liv. 18, registo nº 3.425.
- <sup>xxxviii</sup> AHM, Tribunal Militar Especial Político (TMEP), Cx. 75, Proc.º nº 14/38, Auto de perguntas de 10/12/1937 da SI da PSP de Setúbal a Manuel João Lourenço.
- <sup>xxxix</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.268 da SPS da PVDE, NT 4368, Participações de 13/12/1937 de guardas da PSP de Setúbal.
- <sup>xxx</sup> *Idem*, Auto de perguntas de 14/12/1937 da SI da PSP de Setúbal a Manuel G. Carvalho.
- <sup>xxxvi</sup> *Idem*, Autos de perguntas de 15/12/1937 e 29/12/1937 da SI da PSP de Setúbal a Américo G. Fialho.
- <sup>xxxvii</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.268 da SPS da PVDE, NT 4368, Participações de 15/12/1937 do subchefe da 2ª esquadra da PSP de Setúbal.
- <sup>xxxviii</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º nº 14/38, Auto de perguntas de 18/12/1937 da SI da PSP de Setúbal a José Caiado.
- <sup>xxxiv</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.268 da SPS da PVDE, NT 4368, Participação de 17/12/1937 de um guarda da PSP de Setúbal.
- <sup>xxxv</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º nº 14/38, Auto de perguntas de 20/12/1937 da SI da PSP de Setúbal a António P. Pereira.
- <sup>xxxvi</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.268 SPS da PVDE, NT 4368, Participação de 05/01/1938 do subchefe da 2ª esquadra da PSP de Setúbal.
- <sup>xxxvii</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º nº 268/41, Cadastro Político da PVDE nº 5.767 de Carlos Napier.
- <sup>xxxviii</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º nº 14/38, Confidencial nº 14 de 26/02/1938 enviado pelo comandante da PSP de Setúbal para o promotor de justiça do TME.
- <sup>xxxix</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 33/38 da SPS da PVDE, NT 4502, Confidencial nº 12 de 25/02/1938 do comandante da PSP de Setúbal para o diretor da PVDE.
- <sup>xl</sup> AHM, TMEP, Cx. 92, Proc.º nº 143/38, vol. I, Auto de perguntas de 10/04/1938 da SI da PSP de Setúbal a Agostinho Mesquita. AHM, TMEP, Cx. 92, Proc.º nº 143/38, vol. II, Auto de perguntas de 22/06/1938 da PVDE a Agostinho Mesquita.
- <sup>xli</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º nº 3.268 da SPS da PVDE, NT 4368, Participações de

---

06/01/1938 e 08/01/1938 de um guarda da PSP de Setúbal.

<sup>xlii</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º n.º 3.268 da SPS da PVDE, NT 4368, Exposição de 10.01.1938 chefe da PSP de Setúbal para o comandante.

<sup>xliii</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º n.º 14/38, Ata da audiência do TME de 11/06/1938.

<sup>xliv</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º n.º 268/41, Participação de 21/08/1941 de um guarda da Polícia Municipal da Lisboa.

<sup>xliv</sup> *Idem*, Auto de perguntas de 27/09/1941 da PVDE a Carlos Napier.

<sup>xlvi</sup> *Idem*, Relatório de 27/09/1941 do agente-investigador da PVDE.

<sup>xlvii</sup> AHM, TMEP, Cx. 75, Proc.º n.º 14/38, Auto de investigações de 02/11/1941 dos investigadores do TME.

<sup>xlviii</sup> ANTT, PIDE, SC, Proc.º n.º 1974/41 da Diretoria da PVDE, NT 4721, Ofício n.º 878 de 06/04/1942 enviado pelo secretário do TME para o diretor da PVDE.

<sup>xlix</sup> AHM, TMEP, Cx. 92, Proc.º n.º 143/38, vol. I, Auto de perguntas de 08/04/1938 da SI da PSP de Setúbal a Higinio Ferreira.

<sup>l</sup> ANTT, PIDE, SC, Processo-crime n.º 468/38 da PVDE, NT 4518, vol. 2, Cópia do Relatório de 14/07/1938 do inspetor da PVDE.

<sup>li</sup> ANTT, PIDE, SC, RGP, liv. 51, registo n.º10079.

<sup>lii</sup> ANTT, PIDE SC, Proc. n.º 1.454/38 da PVDE, NT 4546, Auto de Perguntas de 19/10/1938 da secção de investigação da PSP de Setúbal a José M. d'Almeida Carvalho.